



SUTEF
Superintendência de
Cooperação Técnico-Financeira

PLANEJAMENTO
Secretaria de Estado
do Planejamento / SEPLAN



Relatório de Monitoramento nº 01

Acordo de Empréstimo 8575-BR

Período de Acompanhamento: de 01/01/2016 a 30/06/2016

Teresina, outubro de 2016.

AGÊNCIAS IMPLEMENTADORAS

CEPM	Coordenadoria Estadual de Políticas para Mulheres do Piauí
CGE-PI	Controladoria Geral do Estado do Piauí
INTERPI	Instituto de Terras do Piauí
OGE	Ouvidoria-Geral do Estado do Piauí
SDR	Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural
SEADPREV	Secretaria de Estado da Administração e Previdência
SEDUC	Secretaria de Estado da Educação
SEFAZ	Secretaria de Estado da Fazenda
SEMAR	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
SESAPI	Secretaria de Estado da Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
Ações da UGP no 1º semestre.....	03
COMPONENTE 1 – PROGRAMA DE DESPESAS ELEGÍVEIS.....	06
Subcomponente 1.1: melhoria da retenção no ensino médio na rede pública.....	06
EEP 1: Expansão do Poupança Jovem para alunos do ensino médio.....	06
EEP 2: Ampliar o ensino médio em Tempo Integral.....	08
EEP3: Ampliar o ensino médio técnico.....	09
EEP 4: Expandir o ensino médio à distância para o ensino médio geral.....	10
EEP 5: Avaliação Estadual dos alunos.....	11
Subcomponente 1.2: ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde..	12
EEP 6: Estabelecer e operar cinco novos CEDCs	12
EEP 7: Elaboração e aplicação de protocolos estaduais e regulação médica.....	13
Subcomponente 1.3: expansão do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas.....	14
EEP 8: Elaboração e execução de campanhas de informação e cadastramento de usuários de águas subterrâneas no CERH.....	14
EEP 9: Verificação do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas.....	17
SUBCOMPONENTE 1.4: FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE BENS IMÓVEIS..	19
EEP 10: Fortalecimento e modernização do INTERPI.....	19
EEP 11: Identificação, demarcação e cadastramento das terras do Estado.....	20
EEP 12: Regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária.....	21
EEP 13: Regularização dos territórios quilombolas.....	21
EEP 14: Operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra.....	22
Subcomponente 1.5 reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais.....	23
EEP 15: Diversificação voltada para o mercado (cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas)	23
EEP 16: Desenvolvimento de capacidades.....	24
COMPONENTE 2 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	25
Quadro-síntese das ações dos Componentes 1 e 2.....	27
Síntese dos Indicadores Vinculados a Desembolso – DLI.....	37
Execução financeira do Projeto.....	44

INTRODUÇÃO

A Secretaria de Estado do Planejamento, por meio da Superintendência de Cooperação Técnico-Financeira - SUTEF, representada pela Unidade de Gestão do Projeto – UGP, em face da necessidade do cumprimento da apresentação de relatórios semestrais no âmbito do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social apresenta, de forma sistematizada e integrada, o Primeiro Relatório de Execução Física e Financeira das ações, referente ao período do primeiro semestre de 2016.

O Projeto em questão foi elaborado em parceria com o Banco Mundial e firmado através do Acordo de Empréstimo 8575-BR em 27 de abril de 2016 e obteve efetividade em 19 de maio de 2016. Seu objetivo visa o complemento e o fortalecimento das reformas institucionais e de política apoiadas no âmbito do Projeto Piauí: Crescimento Sustentável e Inclusivo, este na modalidade Empréstimo para Desenvolvimento de Política (DPL). Ambos foram elaborados estrategicamente em conjunto para maximizar o impacto sobre os setores e atividades prioritários do Estado.

O Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social, objeto de atenção do presente relatório, foi elaborado na modalidade Financiamento de Projeto de Investimento (IPF) e tem como objetivos: a) reduzir a evasão de alunos do ensino médio na rede pública; b) ampliar o acesso de pacientes com doenças crônicas a diagnóstico e tratamento; c) expandir o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas nas áreas rurais e a regularização da propriedade da terra e d) aumentar a participação de agricultores familiares da zona rural em cadeias de valor produtivas rurais.

Está organizado em dois componentes, sendo que um apoiará a implementação dos Programas de Despesas Elegíveis (EEPs) e o outro prestará assistência técnica para fortalecer a gestão pública no estado do Piauí. Os EEPs são um subconjunto dos programas existentes do PPA elaborado pelo Governo do Piauí, os quais foram selecionados como programas prioritários a serem apoiados. Os dois componentes estão assim discriminados: COMPONENTE 1: Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para

pacientes com doenças crônicas, c) gestão dos recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais e COMPONENTE 2: Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário.

Dessa forma, o Projeto está cofinanciando intervenções multissetoriais baseadas nas prioridades estratégicas do Governo do Piauí e segue a) uma abordagem baseada em resultados no âmbito do Componente 1 e b) uma abordagem de investimento em assistência técnica no âmbito do Componente 2.

Com o propósito de comunicar o andamento do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social, este relatório apresenta as informações referentes aos Componentes 1 e 2 tal como está descrito no Documento de Avaliação do Projeto (PAD). No componente 1, obedece a sequência do Programa de Despesas Elegíveis (EEP).

AÇÕES DA UGP NO 1º SEMESTRE

A UGP realizou no primeiro semestre uma série de ações voltadas para o desenvolvimento do Projeto Piauí: Pilares de Crescimento e Inclusão Social. Destacamos as seguintes:

1. Participação em treinamentos oferecidos pelo Banco Mundial.
 - a) Curso online de Gerenciamento Financeiro e Desembolsos para clientes do Banco Mundial (realizado em 04 de abril de 2016);
 - b) Aspectos Financeiros na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial Módulo Presencial (Workshop) – (ministrado por Júlia Conter, Patrícia Melo, Suzana Amaral e Eduardo França, de 2 a 4 de maio de 2016);
 - c) Aspectos de Licitações na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial (ministrado pelo Especialista em Licitações, Danilo Pereira de Carvalho, no período de 28 de março à 1º de abril de 2016). Importante salientar que o treinamento em questão antecedeu a assinatura do Projeto, com processo em curso na ocasião, mas com vistas à preparação dos órgãos para as licitações;
 - d) Treinamento prático do STEP – nova plataforma para os processos de aquisições dos Projetos Financiados com recursos do Banco Mundial (ministrado pelo Especialista em aquisições, Luciano Wuerzius, em 02 de agosto);
 - e) Termo de Referência, Especificação Técnica e Métodos de Licitações previstos para o Projeto Cerrado Piauí (ministrado por Lucianna Matte, de 08 a 12 de Agosto de 2016); e
 - f) Aspectos de Licitações na Implementação de Projetos Financiados pelo Banco Mundial (ministrado por Frederico Rabelo e Sinuê Aliran, de 19 a 23 de setembro de 2016).

2. Realização de rodadas de reuniões com os órgãos para apresentação do Projeto IPF. Oportunidade em que se ampliou a participação para além da equipe envolvida na elaboração da proposta, inseridos nas discussões técnicos responsáveis pelas aquisições e financeiras dos

órgãos, bem como se efetivou nivelamento das questões do processo de implementação do Projeto.

3. Reunião com PGE, CGE E SEAD, quando se tratou sobre questões operacionais do projeto IPF, em especial aquelas relativas ao fluxo dos processos de aquisições. Dessa reunião resultou a autorização para criação de mecanismos que favoreçam tais fluxos. Definiu-se, ainda, uma capa específica que identifica os processos do projeto IPF com o objetivo de proporcionar maior celeridade.
4. Processo de licitação de veículos e passagens aéreas: solicitou-se Pregão de veículos e de passagens aéreas para adesão dos órgãos segundo as regras do Banco. Registra-se, no entanto, que após verificação de inconsistência nas especificações técnicas dos veículos, realizou-se uma reunião para tratar sobre o pregão dos veículos com o objetivo de atender ao que está previsto no Decreto nº 14.386, de 18/01/2011, que disciplina aquisição, locação e controle dos veículos oficiais do Poder Executivo.
5. Planejamento da primeira reunião do Comitê Gestor, que deverá ocorrer em meados do mês de outubro.
6. Planejamento da reunião com a Comissão de Gestão Financeira por Resultados, que envolve a SEFAZ, a CGE, a Procuradoria, a SEPLAN e a SEGOV, para discussão e nivelamento dos órgãos acerca do Fluxo Financeiro do Projeto.
7. Atualização do Plano de Aquisições que se encontra com o Banco para Não Objeção.
8. Iniciou o processo de contratação de consultoria que realizará treinamento sobre Termo de Referências e Especificações para os órgãos.

9. Acompanhamento do processo de elaboração do orçamento 2017 para evitar equívocos nas dotações dos órgãos nas linhas orçamentárias seguidas pelo Projeto.
10. Revisões dos Termos de Referências e Especificações Técnicas para início das aquisições atendendo a solicitação dos órgãos.
11. Elaboração do Decreto de criação da UGP e do Comitê Gestor em cumprimento ao Acordo de Empréstimo. O Decreto encontra-se atualmente no Karnak para assinatura.

COMPONENTE 1 – PROGRAMA DE DESPESAS ELEGÍVEIS

SUBCOMPONENTE 1.1: MELHORIA DA RETENÇÃO NO ENSINO MÉDIO NA REDE PÚBLICA

EEP 1: Expansão do Poupança Jovem para alunos do ensino médio

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Dentre as ações de implementação do Projeto Poupança Jovem Piauí ao longo do primeiro semestre de 2016 vale destacar:

I) A construção do Plano de ação do PJPI que traz um apanhado geral das ações da SEDUC/GRE/escola para redução do índice de evasão escolar nas escolas da rede (anexo);

II) A coordenação do Poupança Jovem Piauí realizou no dia 12/03/2016 uma videoconferência sobre o Projeto para os gerentes das Gerências Regionais de Educação (GREs) com municípios contemplados. A reunião, transmitida por intermédio da Mediação Tecnológica Canal Educação, alcançou todos os polos envolvidos, de forma que todos os gerentes das 16 GREs com escolas cadastradas receberam as orientações sobre o projeto, antes do primeiro pagamento;

III) Reunião com a Comissão Técnica do PJPI para discussão das atividades de mobilização e sensibilização;

IV) Mobilização e sensibilização:

a) Reuniões nas escolas 57(cinquenta e sete) presenciais (técnico/SEDUC, estudantes, diretores, pais e comunidade local);

b) Apresentação do Projeto ao público-alvo: informações sobre a Lei, Regimento e beneficiários do Projeto por técnicos da SEDUC direcionado para cada região, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1: CRONOGRAMA DE VISITAS ÀS GREs PARA APRESENTAÇÃO DO POUPANÇA JOVEM

GRE	MUNICÍPIO DESTINO	PERÍODO	TÉCNICO UNIDADE/SETOR
11 ^a	Sebastião Leal e Baixa Grande do Ribeiro	02 a 04.05.2016	Luiza Vieira da Costa - UNEA
18 ^a	Palmeirais, Pau D'arco, Prata Do Piauí, Miguel Alves e Novo Santo Antônio	09 a 13.05.2016	
5 ^a	Assunção do Piauí, Buriti dos Montes e São Miguel do Tapuio	02 a 06.05.2016	Raimunda Maria dos Santos - UPLAN
1 ^a	Caraúbas, Cocal, Cocal dos Alves e Murici dos Portelas	02 a 06.05.2016	Francisca Maria Lourenço da Silva - UPLAN
6 ^a	Olho D'Água	06.05.2016	Virna Pereira Teixeira - UPLAN
7 ^a	Barra D'Alcântara, Francinópolis e Lagoa do Sítio	10 a 13.05.16	
13 ^a	Guaribas (02/05/16)	02.05.2016	Joana D'Arc de Araújo - GIE
15 ^a	Cristalândia, Morro Cabeça no Tempo e Riacho Frio	03 a 06.05.2016	
12 ^a	Bela Vista, Capitão Gervásio, Lagoa do Barro, Campo Alegre do Fidalgo, Nova Santa Rita, Pedro Laurentino, Ribeira do Piauí e Socorro do Piauí	02 a 11.05.2016	Maria Iraci Dias Vieira - UNEA
17 ^a	Betânia, Curral Novo, Queimada Nova e São Francisco de Assis	12 a 17.05.2016	

V) Lançamento do Projeto Poupança Jovem Piauí no Palácio de Karnak com a presença do Governador do Estado, Wellington Dias. Secretária de Educação, Rejane Dias, alunos beneficiados do município de Miguel Alves e sociedade civil, com a entrega de cartões fictícios. Teve larga divulgação nos meios de comunicação do estado, nas Rádios Clube e Antares e TVs Clube, Cidade Verde e Meio Norte; e

VI) A criação do site do projeto Poupança Jovem Piauí, com endereço eletrônico www.poupancajovem.seduc.pi.gov.br.



EEP 2: Ampliar o ensino médio em Tempo Integral

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Para 2016 foi prevista a implantação da educação em Tempo Integral em 06 (seis) escolas de ensino médio da rede estadual de ensino, nos municípios de União, Castelo do Piauí, Esperantina, Teresina, Pedro II e Fronteiras. No primeiro semestre, iniciamos o atendimento em duas escolas, Unidade Escolar Fenelon Castelo Branco, localizada no município de União, e Unidade Escolar Cônego Cardoso, no município de Castelo do Piauí. Em Teresina ficou definida a implantação na Unidade Escolar Antônio Tarcísio, em atendimento a reivindicações da comunidade escolar e pais de alunos.

No que se refere a adequação de estrutura física para a ampliação da jornada escolar, a Unidade de Gestão da Rede Física (UGERF) informou que

os projetos de reforma e ampliação das unidades escolares serão entregues a partir da segunda quinzena do mês de setembro e somente a partir desse momento poderemos iniciar os procedimentos licitatórios.

Em julho 2016, foi realizado o I Encontro de Gestores dos Centros de Educação em Tempo Integral, envolvendo gestores e coordenadores pedagógicos dos 44 centros de tempo integral estaduais.

EEP3: Ampliar o ensino médio técnico

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A Unidade de Educação Profissional e Tecnológica vem desenvolvendo várias ações com vistas ao fortalecimento e expansão do ensino técnico da rede estadual, dentre as elas:

- Oferta de novo curso de EPT (Curso Técnico de Açúcar e Alcool – Eixo: Produção Industrial – PRONATEC);
- Entrega de laboratórios de Segurança no Trabalho para 26 Centros Estaduais de Educação Profissional (CEEPS) que ofertam o Curso Técnico em Segurança no Trabalho, beneficiando 29 turmas do referido curso (contemplando os municípios de Barras, Campo Maior, Regeneração, Picos, Floriano, São João do Piauí, Fronteiras, Pio IX, Marcolândia, Paulistana, Altos, União, Demerval Lobão, Jose de Freitas, Nazária e Teresina, ao todo 16 municípios, e 230 alunos - PRONATEC);
- Contratação de Seguro contra acidentes pessoais/coletivo (23 municípios, 51 turmas, 2.722 alunos - PRONATEC);
- Aquisição de Kits Escolares (camisa, apostila, mochila, estojo, caderno, caneta, lápis e borracha) para 61 municípios - PRONATEC;
- Aquisição e Distribuição de Merenda Escolar para os alunos dos 40 núcleos, 7.600 alunos (PROJOVEM URBANO);
- Distribuição de Material Didático para Educadores e Alunos dos 40 núcleos, 7.600 alunos (PROJOVEM URBANO);
- Construção de quadra esportiva na Escola Técnica Ministro Petrônio Portela;

- Formação continuada, mensal, para 280 educadores, 10 assistentes pedagógicos, 9 formadores (PROJOVEM URBANO);
- Autorização e reconhecimento junto ao CEE-PI da oferta dos cursos da rede E-Tec: logística, segurança do trabalho, eventos, serviços públicos, administração, agropecuária, enfermagem, informática, meio ambiente e reabilitação em dependentes químicos;
- Realização de teste seletivo para 67 professores das Escolas Família Agrícolas, (Edital UGP 14/2015);
- Conclusão das obras de construção de 02 escolas profissionalizantes nos municípios de Esperantina e Teresina, com previsão para inaugurar em outubro e novembro, respectivamente; e
- Aquisição de equipamentos e mobiliário para as escolas de Ensino Técnico Profissionalizante (Teresina e Esperantina).

EEP 4: Expandir o ensino médio à distância para o ensino médio geral.

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A meta prevista para a expansão da educação de nível médio com a utilização da mediação tecnológica prevê a instalação de 150 novas salas a cada ano do projeto até 2019, totalizando 900 salas em funcionamento.

Nesse sentido, foram realizadas as licitações para aquisição e instalação de equipamentos, mobiliários e para contratação de serviços técnicos especializados e educacionais necessários para o atendimento da demanda atual na modalidade, atualmente em fase de contratação.

Até o momento, a SEDUC mantém a oferta de aulas para 1^a, 2^a e 3^a séries do ensino médio nos turnos manhã, tarde e noite em 180 municípios, beneficiando 12.271 alunos por meio do Canal Educação e plataforma de estudo.

EEP 5: Avaliação Estadual dos alunos

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A aplicação das avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica Piauí (SAEPI), edição 2016, está prevista para acontecer na segunda quinzena de novembro de 2016, com testes de proficiência a 127.957 (cento e vinte e sete mil, novecentos e cinquenta e sete) estudantes do 6º e 9º ano do Ensino Fundamental, da 1ª, da 2ª e da 3ª série do Ensino Médio. O processo de contratação da instituição responsável pela realização da avaliação encontra-se tramitando em análise pela Procuradoria Geral do Estado (PGE).

A contratação prevê as seguintes etapas:

- a) Oficina de Elaboração de Itens;
- b) Capacitação dos Agentes de Campo;
- c) Aplicação dos Testes e Questionários;
- d) Disponibilização das Revistas no Site;
- e) Apresentação dos Resultados para a Secretária;
- f) Oficinas de Divulgação dos Resultados;
- g) Curso on-line de 40 horas.

SUBCOMPONENTE 1.2: AMPLIAÇÃO DO ACESSO DE PACIENTES COM DOENÇAS CRÔNICAS À ASSISTÊNCIA À SAÚDE

EEP 6: Estabelecer e operar cinco novos CEDCs

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Já em funcionamento, atualmente o CEDCs de Picos está sendo reorganizado. Porém o perfil de especialidades ofertadas difere do pactuado com o BIRD. Para tanto a oferta de novas especialidades está sendo ampliada e, para isto, encontra-se em curso a contratação de novos especialistas, a aquisição de equipamentos para apoio Diagnóstico, processos estes viabilizados através de um novo Acordo com a Organização Social (CAMPI) que gerencia o Centro.

Ressaltam-se as seguintes dificuldades para a plena operacionalização do Centro de Picos:

- a) Para a reforma do prédio no município de Picos (CEDS nº 1), reequipagem e funcionamento foram demandados acordos políticos, institucionais e outras providências envolvendo o Estado e o município;
- b) Cumprimento de prazos regimentais referentes aos processos de aquisição (Elaboração de TRs, processos licitatórios, contratação e liquidação);
- c) Há dificuldade de assegurar alguns especialistas em âmbito municipal que requer melhor análise e avaliação junto a oferta desses profissionais no Estado e a devida contratação desses profissionais pela SESAPI para atuarem no município;
- d) Há necessidade de se fazer ajustes imediatos na Política de Regulação Estadual e Municipal de modo a assegurar o acesso dos usuários aos serviços ofertados e o pleno funcionamento do CEDS.

EEP 7: Elaboração e aplicação de protocolos estaduais e regulação médica

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Existem atualmente dois (02) protocolos elaborados e em teste em um Centro de especialidades no Território do Vale do Rio Guaribas (Picos) e passível de adaptações pela Consultoria a ser contratada.

A SESAPI, com apoio do Banco Mundial, está no processo de elaboração de um Termo de Referência para contratação de Consultoria Empresa para elaboração de um conjunto de Protocolos, sendo eles:

- a) Protocolos de acesso do usuário à rede assistencial, por área assistencial: obstetrícia, pediatria, urgência e emergência, trauma, clínica médica e cirurgia geral, abrangendo as especialidades médicas de cada uma;
- b) Protocolos clínicos de regulação ambulatorial e de internação hospitalar em todas as especialidades clínicas e cirúrgicas;
- c) Protocolos clínicos de regulação ambulatorial, adequados à realidade dos CES instituídos no âmbito deste projeto;

SUBCOMPONENTE 1.3: EXPANSÃO DO CADASTRAMENTO DOS USUÁRIOS DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

EEP 8: Elaboração e execução de campanhas de informação e cadastramento de usuários de águas subterrâneas no CERH

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

- a) Formulação de um programa de trabalho para cadastrar os usuários de recursos hídricos no CERH;

O primeiro passo do plano de trabalho foi o desenvolvimento, pela equipe da SEMAR, de um sistema de Informação que aglutinasse todas as bases de dados presentes sobre demandas e disponibilidades hídricas. Com foco maior na segurança de dados para a Gestão, o sistema "SIGERH" (ainda com nome temporário) está em fase adiantada de desenvolvimento, com testes avançados em cadastramento da base de dados já presentes na SEMAR, como licenciamento e outorgas emitidas, bem como a eliminação de dados alocados em planilhas "Excel", com um banco de dados verificados de mais de 400 poços licenciados já inseridos, como banco de dados-teste.

A minuta de TDR para contratação do consultor que elaborará o TDR para contratação de empresa que desenvolverá o Sistema de Apoio à Gestão está aguardando a aprovação da UGP/SEPLAN.

Na segunda frente de trabalho, delimitou-se áreas de interesse para o Estado, tendo como critério maior a presença de conflitos pelo uso de água e escassez frequente, o que colocou as regiões do Vale do Guaribas e Vale do Gurgueia como focos prioritários. Nos dois casos verificou-se superexploração dos aquíferos e insuficiência de recursos superficiais em barramentos, neste caso também influenciado pelo regime de secas dos últimos anos.

Para tal, estão sendo planejadas campanhas de cadastramento com foco nessas áreas prioritárias, para regularização dos usos de usuários e alocação negociada dos usos.

- b) Uso do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos (CNARH) como a plataforma eletrônica para o novo cadastro do estado

O Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH foi instituído pela Resolução ANA no 317, de 26/8/2003, para registro obrigatório de pessoas físicas e jurídicas de direito público ou privado usuárias de recursos hídricos e constitui parte integrante do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, seguindo o preconizado na Lei Federal nº 9433/1997(PNRH).

No contexto do Estado do Piauí está previsto o cadastro estadual na Lei nº 5.165/2000 (PERH). Entretanto, só o institui, de fato, na Lei Estadual nº 6.474/2013

A Portaria SEMAR Nº 44, de 29/05/2015, estabelece os procedimentos para cadastramento dos usuários junto ao Cadastro Estadual de Fontes e Usuários de Recursos Hídricos do Estado do Piauí e dá outras providências.

É pertinente citar que a base de dados para o cadastramento de usuários é a plataforma CNARH, quer seja por autodeclaração direta no Sistema CNARH na web, que seja por sincronização dos dados inseridos no Sistema SIGERH, replicados na base de dados da ANA. Problemas de compatibilidade no CNARH estão sendo resolvidos para uma importação de dados em massa.

- c) Divulgação de informações, diretrizes e prazos para o cadastramento obrigatório do uso de recursos hídricos de forma a garantir que todos os usuários sejam cadastrados em tempo hábil

Esse processo deve aguardar o pleno desenvolvimento do SIGERH (Sistema de Gestão de Recursos Hídricos).

- d) Notificação dos usuários dos recursos em cada município, inclusive as comunidades rurais (Artigo 8º da Lei Estadual 6.474/2013) de que são obrigados a se cadastrar no CERH:

A prioridade é o cadastramento de médios e grandes usuários, seja para abastecimento humano, seja para atividade produtiva.

Seguindo essa linha, a notificação de usuários se iniciou com o envio de ofício circular aos 224 municípios e à Associação Piauiense de Municípios-APPM, informando da obrigatoriedade do Cadastramento de Usuários, de seus

sistemas autônomos de Abastecimento (SAAE's) bem como informação a população sobre o tema;

A companhia de saneamento, AGESPISA, também foi contatada. Foram alinhadas, em reuniões realizadas, deliberações para a formulação de um Termo de Cooperação Técnica, para agilizar a regularização de todas as fontes da Empresa.

Os pequenos usuários (até 16m³/dia) serão objeto de campanhas posteriores.

- e) Financiamento de equipamentos como computadores, transporte e material de comunicação para levar a cabo as campanhas de cadastramento e oferecer apoio, sobretudo aos usuários carentes, para preencher os formulários do CNARH na Internet:

Os custos de campanhas de cadastramento, de natureza censitária, podem ser extremamente elevados, sem garantia de retorno, para fins de gestão dos recursos hídricos do Estado.

Acredita-se que a metodologia do cadastramento auto declaratório, utilizado pelo CNARH/ANA, seja a mais adequada. Sem prejuízo de campanhas complementares voltadas, especialmente, para cadastramento dos pequenos usuários.

Os médios e grandes usuários já estão sendo notificados pela SEMAR para se cadastrarem, como referido na resposta ao item d.

Para os pequenos, a SEMAR está desenvolvendo metodologia de cadastramento em campo, com estrutura mínima necessária, com base na experiência compartilhada com a ANA em anos anteriores em cadastramentos censitários em regiões de escassez. Acredita-se que a aquisição de equipamentos será mínima, visto que a SEMAR já dispõe de alguns equipamentos, ou já previu sua aquisição dentro do Plano de Aquisições na Operação junto ao Banco Mundial.

EEP 9: Verificação do cadastramento dos usuários de águas subterrâneas

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

- a) Coleta de informações agrupadas por bacia hidrográfica para identificar os direitos de uso de recursos hídricos caso os volumes de uso registrados ultrapassem o nível máximo

A base de dados primordial para o trabalho é a referência do Plano Estadual de Recursos Hídricos, no qual se obtém as vazões de referência e a base de dados mais abrangente do Estado. Estudos mais específicos para os aquíferos são escassos, e não abrangem todas as formações do Estado.

Para refinamentos, serão utilizados a base de dados do SIAGAS/CPRM, com dados de 28 mil poços cadastrados (águas subterrâneas), e os dados do CNARH/ANA (água superficial e subterrânea) com mais de 1000 registros de usuários e de barragens (IDEPI, DNOCS, SEMAR), sendo esses dados importados para o Sistema Estadual, e cruzados com os dados de outorgas e licenças emitidas pela SEMAR, formando um mosaico detalhado de disponibilidade e demandas hídricas;

- b) Financiamento de equipamentos como medidores de vazão, aparelhos de GPS e outras ferramentas necessárias para o processo de verificação.

Nas barragens, em sua grande maioria, será necessária revisão dos equipamentos de controle de vazão, caso não existam, bem como a instalação de algum tipo de medição de vazão para controle de disponibilidades e abertura de registro.

Para o levantamento das disponibilidades hídricas das fontes superficiais (rios, riachos, lagoas) faz-se necessário a aquisição de equipamentos de medição de vazão para coleta desses dados em campo, sendo que a equipe da SRH/SEMAR já dispõe de técnico com treinamento específico para manuseio desse equipamento.

Com a iminência da cobrança pelo uso da água bruta, os dados de disponibilidade hídrica supracitados serão essenciais, principalmente para o controle de uso pelos grandes usuários (Saneamento, Indústria, Irrigação, Aquicultura).

O Estado do Ceará, mais precisamente a COGERH, que tem uma exitosa gestão de recursos hídricos, e será nossa parceira no desenvolvimento do Instrumento de Cobrança, não utiliza medidor para controle da demanda hídrica do pequeno usuário, e, sim, a auto declaração periódica de consumo, sem prejuízo de eventual utilização dos instrumentos de controle de cobrança;

Quanto à aquisição de GPS, ainda se faz necessário definir a metodologia de campanhas de cadastramento de usuários, para se decidir quanto à compra ou não de tais aparelhos. Sendo certo, porém, que, nas atividades fins da SEMAR há, costumeiramente, necessidade de GPS.

SUBCOMPONENTE 1.4: FORTALECIMENTO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE DE BENS IMÓVEIS

EEP 10: Fortalecimento e modernização do INTERPI

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

As atividades desenvolvidas até o presente momento foram:

- a) Reforma da sede do INTERPI: foi solicitada à SEAD a elaboração de um projeto de arquitetura, referente à área para adaptação do novo prédio. Recebemos em 09.09.2016, as plantas com as necessidades para a adaptação e instalação da nova sede do INTERPI. A Comissão Permanente de Licitação está trabalhando na elaboração do Edital da Carta Convite para tal aquisição, conforme nosso cronograma a licitação deve ocorrer até 20 de outubro de 2016.
- b) Prestação de apoio técnico, jurídico e administrativo: foram contratados, de forma emergencial, técnicos necessários para composição de 08 (oito) equipes de campo, incluindo 07(sete) agrimensores, 06(seis) advogados, 02 (dois) tecnólogos em geoprocessamento, os quais estão executando trabalhos de campo. A contratação de oito topógrafos encontra-se em fase de conclusão do processo.
- c) Aquisição de veículos: As especificações técnicas para composição do quadro de veículos do INTERPI foram enviadas para a UGP/SEPLAN em 20.07.2016, para envio posterior à SEADPREV. O INTERPI, em 26.09.16 foi convidado para uma reunião na SEPLAN para alinhamento das especificações técnicas com os outros Órgãos. As modificações sugeridas foram feitas e enviadas em 30.09.16 para prosseguimento ao processo.
- d) Aquisição de equipamento de informática: o processo para aquisição encontra-se na fase de cotação de preço. Foram solicitadas a quatro empresas, via e-mail, a cotação do material solicitado, conforme a demanda deste Instituto e especificação técnica para atender o trabalho de Georreferenciamento e apoio a área administrativa do INTERPI. Ressaltamos que até o momento não atingimos o número mínimo de

três cotações, fato este que nos fez solicitar junto a outras empresas que orcem nossa demanda no intuito de atingir o mínimo exigido para prosseguimento ao processo.

- e) Desenvolvimento de um sistema de gerenciamento de solicitações de atendimento: em fase final de aquisição dos computadores para implantar o sistema de gerenciamento de solicitações de atendimento.
- f) Capacitações: foram realizadas algumas capacitações dos técnicos na área de geoprocessamento, Cadastro Ambiental Rural e atualização cadastral. Todas foram em caráter emergencial.
- g) Contratação de consultores: para a contratação de Consultor Individual está em análise a tabela de estimativa de custo. Ressaltamos que o presente Termo de Referência foi encaminhado à UGP/SEPLAN e as modificações sugeridas foram realizadas pelo INTERPI, e já obtivemos a não objeção do Banco Mundial.
- h) Aquisição de mobiliário da nova sede do INTERPI: O setor de Arquitetura da SEADPREV entregou, em 21.09.16, as plantas com a demanda de mobiliário para a nova sede do INTERPI. No dia 30.09.16 ocorreu uma reunião com a UGP/SEPLAN para tratar sobre essas aquisições.

EEP 11: Identificação, demarcação e cadastramento das terras do Estado

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Apesar da falta de recursos, o INTERPI vem trabalhando no processo de identificação, demarcação e cadastramento das terras do Estado, tendo alcançado os seguintes resultados:

- a) 1.370 imóveis com processos tramitando no órgão, com pesquisa e emissão de escrituras cartorárias já realizadas. Sendo que dos 1370 imóveis foram entregues 178 títulos definitivos, 292 Títulos confeccionados (aguardando a agenda do governador para entrega), 217 em fase de confecção do Título Definitivo e 683 em fase de trabalho de campo.
- b) Já está sendo alimentado o Banco de Dados para a criação de um inventário das terras do estado.

- c) Esclarecemos que está em fase final o processo licitatório para contratação das empresas que efetuarão o levantamento georreferenciado de todo o Estado. Enquanto isso, estamos realizando todo o trabalho com o corpo técnico do INTERPI.

EEP 12: Regularização da propriedade dos assentamentos da reforma agrária

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Destacam-se as seguintes atividades já realizadas:

- a) Foram realizadas campanhas de conscientização nos municípios de Colônia do Piauí, Canto do Buriti, Barras e Oeiras.
- b) Aquisição de equipamento de topografia: em 20 de julho de 2016, foram enviadas para a SEPLAN, via e-mail, as especificações técnicas para aquisição de GPS de navegação e geodésico. Foram sugeridas modificações das especificações, as quais foram atendidas e encaminhadas novamente a SEPLAN para análise.
- c) Produção de dados cadastrais: realizados nos municípios de Colônia do Piauí (620), Canto do Buriti (683), Barras (38) e em Oeiras (29), totalizando 1.370 cadastros. Das 1370 solicitações protocoladas, 620 foram em nome de mulheres beneficiárias ou co-beneficiárias.
- d) Emissão de títulos e cadastramento: 178 foram entregues, 683 em fase de trabalho de campo, 292 confeccionados (aguardando a agenda do governador para entrega) e 217 em fase de confecção.
- e) Formulação de planos de desenvolvimento para os assentamentos tomados como alvo: Em fase de elaboração o Plano de Desenvolvimento proposto para o assentamento Ilha da Posse, localizado no município de União-PI.

EEP 13: Regularização dos territórios quilombolas

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Destacam-se as seguintes atividades já realizadas:

- a) Elaboração dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID): foram elaborados 02 (dois) RTIDs das seguintes comunidades quilombolas: Sabonete (município de Isaías Coelho) e Vila São João (no município de Matias Olímpio). O relatório da comunidade quilombola Angical, localizada no município de Colônia do Piauí, encontra-se em fase inicial de elaboração.
- b) Expedição dos títulos e cadastramento: nenhum título expedido. Aguardando a conclusão dos processos de regularização das comunidades quilombolas.
- c) Formulação de Planos de Desenvolvimento para as comunidades quilombolas selecionadas: 02 (dois) Planos de desenvolvimento em fase inicial de elaboração nas seguintes comunidades quilombolas: Sabonete (município de Isaías Coelho) e Vila São João (no município de Matias Olímpio).

EEP 14: Operacionalização do Centro de Regularização da Propriedade da Terra

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

Através do Provimento Nº 08, de 28 abril de 2016, a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí (CGJ), adotou as seguintes medidas:

- a) Criou o Portal Extrajudicial, no site da CGJ, com o objetivo de concentrar informações, recomendações, disponibilizar manuais, entre outros, voltados exclusivamente para a atividade extrajudicial.
- b) Determinou que todas as serventias extrajudiciais, oficializadas ou não, do Estado do Piauí, à exceção daquelas que exerçam exclusivamente as atividades de registro civil com o uso do Sistema SRC, adotem Sistema Informatizado de Automação Cartorária (SIAC).

SUBCOMPONENTE 1.5 REFORÇO DA PARTICIPAÇÃO DE AGRICULTORES FAMILIARES DA ZONA RURAL NAS CADEIAS DE VALOR PRODUTIVAS RURAIS

EEP 15: Diversificação voltada para o mercado (cadeias produtivas agrícolas e não agrícolas)

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

O primeiro ano do Projeto teve suas ações voltadas para a estruturação da UGP, URGPs (nos municípios de Teresina, Esperantina e Campo Maior) organização da equipe técnica, desenvolvimento do sistema de monitoramento e avaliação, elaboração da linha de base, Seminário sobre o PROGERE II, oficinas para elaboração de diagnóstico rápido participativo e 12 PIPs pilotos, elaboração do Plano Operativo Anual 2017, Plano de Aquisições e articulação de parceiros.

Para elaboração do Estudo de Linha de Base do PROGERE II está em tramitação um Termo de Cooperação entre a SDR e a Fundação CEPRO para realização da pesquisa de campo. A CEPRO já está desenvolvendo os cálculos para amostra, bem como finalizando o questionário a ser aplicado. A proposta é realizar o trabalho até dezembro/2016.

Para viabilização do sistema de monitoramento e avaliação - SIGMA, técnicos do DCPR/SEPLAN/ATI, fizeram uma visita ao Projeto RN Sustentável, projeto apoiado pelo Banco Mundial, para conhecer os aspectos físico e financeiro do sistema, e propor possíveis parcerias. Da visita foi possível estabelecer um canal de comunicação entre a SDR/PI e a SEPLAN/RN avançando para um Termo de Cooperação Técnica entre os Estados para disponibilização do Sistema para a SDR. Na oportunidade houve uma reunião com a empresa que desenvolveu o Sistema do RN Sustentável, e um convite para que a mesma pudesse conhecer as especificidades do PROGERE II.

A empresa veio ao Piauí, no período de 13 a 16 de setembro, para apresentar o sistema do projeto RN Sustentável, identificar possíveis ajustes para adaptar ao Projeto do Piauí, e apresentar proposta. Durante a visita, houve reuniões com a SEPLAN/PI e a SEFAZ para conhecimento e futura

integração do SIGMA com os sistemas locais, respectivamente o SIMO e o SIAFEM. A equipe da SDR reuniu-se ainda com a Fundação CEPRO para tomar conhecimento dos questionários da linha de base do Projeto.

A SDR está preparando: 1) uma Minuta de Justificativa para uma contratação direta, a ser enviada para a PGE, e 2) uma Minuta de Carta para a Procuradoria do RN, informando e solicitando a possibilidade de usar o sistema que foi adquirido pelo RN.

Em reunião ocorrida no dia 28.09, os técnicos da SDR e SEPLAN discutiram os aspectos financeiros do PROGERE II, bem como especificações técnicas para aquisição de veículos que constam no Plano de Aquisições. .

De 13 a 15 de setembro de 2016, Emmanuel Bayle, consultor do Banco Mundial, realizou uma missão de apoio ao PROGERE. Os objetivos foram acompanhar os encaminhamentos da última missão, ou seja: 1) realizar um seguimento do Estudo de Linha de Base e do SIGMA; 2) revisar o MOP numa perspectiva de efetivar a atuação do Projeto e 3) revisar a programação do primeiro ano.

EEP 16: Desenvolvimento de capacidades

PROGRESSO DAS ATIVIDADES

A SDR realizará nos dias 26 e 27 de outubro o primeiro Seminário de Gestão de Conhecimento do Projeto para compartilhar as informações sobre o MOP, SIGMA e a elaboração dos PIPs. O seminário contará com a equipe da UGP, das URGP e possíveis parceiros.

Para novembro de 2016, nos dias 21 a 25, está prevista a realização de oficinas para elaboração de diagnóstico participativo e identificação e elaboração de PIP's Pilotos junto a produtores e produtoras rurais. Para os PIPs Pilotos serão duas oficinas (uma no Entre Rios e a outra com os dois outros Territórios), envolvendo beneficiários e entidades que irão apoiar a elaboração.

COMPONENTE 2 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Visando a prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública, o Componente 2 é composto por um conjunto de aquisições cujos objetivos são os seguintes: a) reforçar os sistemas e capacitará o pessoal em diversas secretarias e órgãos estaduais associados com a implementação dos programas estratégicos envolvidos no Projeto; b) contribuir para a geração de evidências para orientar a formulação de políticas em setores-chave, como educação, saúde e desenvolvimento rural; c) fortalecer o quadro de monitoramento baseado em resultados e sua descentralização nas secretarias estaduais para fiscalizar a implementação dos programas estratégicos associados com o reforço da inclusão produtiva e social; d) apoiar a incorporação de uma perspectiva de gênero nas políticas e programas estratégicos e e) facilitar o acesso dos cidadãos pobres a mecanismos de resolução de queixas nos órgãos setoriais cujas ações são cruciais para reduzir a pobreza no Piauí.

O programa de aquisições do Projeto encontra-se em fase inicial de desenvolvimento. Os órgãos estão em processo de elaboração dos Termos de Referência e das Especificações Técnicas, e em diálogo constante com a UGP. Em fase adiantada, destaca-se a realização de um pregão eletrônico para aquisição de veículos para 07 (sete) agências implementadoras. Os órgãos interessados (SEDUC, SEFAZ, SDR, OUVIDORIA, INTERPI, SEMAR E CEPM) enviaram suas demandas para a UGP que as compilou e enviou para a Comissão de Licitações da SEADPREV. Foram identificadas algumas incompatibilidades nas especificações técnicas e sugeridas modificações. Os órgãos envolvidos reuniram-se com a UGP/SEPLAN e SEADPREV, que esclareceram as dúvidas existentes, bem como a necessidade de se adequar ao Decreto nº 14.386, de 18/01/2011. Ficou definido que os órgãos reenviariam as especificações técnicas para o seguimento do pregão eletrônico.

Abaixo segue uma tabela que resume o status atual das demandas específicas de cada órgão:

QUADRO 2. STATUS ATUAL DAS AQUISIÇÕES DO PROJETO – COMPONENTE 2			
ÓRGÃO	DEMANDA	TIPO (TR/ ET)	STATUS
SESAPI	Contratação de Consultoria para Diagnóstico Situacional da Regulação Estadual.	TR	Enviado ao órgão para ajustes após crítica da UGP
	Contratação de consultoria para realização de Inquérito Epidemiológico sobre as doenças negligenciadas (geohelmintíase e leishmanioses).	TR	Enviado ao órgão para ajustes após crítica da UGP
	Contratação de consultoria para avaliação de Impacto sobre a taxa de cura de tuberculose e hanseníase no Estado do Piauí.	TR	Enviado ao órgão para ajustes após crítica da UGP
	Contratação de consultoria para elaboração dos Critérios de Acesso e Governança do Complexo Regulador.	TR	Enviado ao órgão para ajustes após crítica da UGP
SEDUC	Contratação de consultor individual para elaboração de Termo de Referência e demais peças.	TR	Enviado ao Banco e aguardando retorno do técnico
INTERPI	Aquisição de GPS geodésicos e GPS de navegação para georreferenciamento de imóveis rurais e urbanos.	ET	Em discussão entre a Secretaria e a UGP
	Aquisição de equipamentos de informática.	ET	Em levantamento do orçamento
	Contratação de consultor individual para assessoramento técnico ao INTERPI.	TR	Em finalização da planilha de custos para envio para não objeção técnica
SEMAR	Contratação de consultor individual especializado em Banco de Dados	TR	Em discussão entre a Secretaria e a UGP
	Contratação de consultor especializado em gestão ambiental e de recursos hídricos	TR	Em discussão entre a Secretaria e a UGP
	Contratação de consultor especializado em qualidade de água	TR	Em discussão entre a Secretaria e a UGP
	Contratação de consultor especializado em hidrogeologia	TR	Em discussão entre a Secretaria e a UGP
	Consultor especializado em hidrologia	TR	Em discussão entre a Secretaria e a UGP
SDR	Contratação de consultoria de empresa para elaboração do estudo de linha de base - ELB	TR	SDR está em negociação para que ao ELB seja realizado pela CEPRO-PI com recursos do Estado.
	Contratação de consultoria de empresa para elaboração do SIGMA	TR	Em construção do Termo de Referência para contratação direta de empresa que fará adaptação de sistema já existente no Projeto RNSustentável
SEPLAN	Contratação de consultoria empresa para o desenvolvimento de metodologias para implantação do processo de planejamento, orçamento, monitoramento e	TR	A analista do Banco analisou e encontra-se com a equipe da SEPLAN para alterações

	avaliação do Estado		
CGE	Aquisição de equipamentos de informática	ET	Em discussão entre a CGE e a UGP

QUADRO-SÍNTESE DAS AÇÕES DOS COMPONENTES 1 E 2

QUADRO 3: INDICADORES DE RESULTADO INTERMEDIÁRIO DO PROJETO - SITUAÇÃO ATUAL					
Indicador Intermediário	Unidade de Medida	Marco Zero	Meta Ano 1 (até Dez 2016)	Descrição (definição dos indicadores, etc.)	Situação Atual
IRI 1: Número total de beneficiários do projeto e porcentagem do sexo feminino	Porcentagem	69	66	Beneficiários do projeto e porcentagem de estudantes do sexo feminino em escolas do ensino médio, CEDCs, pequenos agricultores beneficiados pelo PROGERE, pessoas com acesso a fontes de água, pessoas com título de propriedade da terra regularizado e funcionários públicos.	A ser mensurado em dezembro/2016
Componente 1. Apoio à implementação de EEPs nas seguintes áreas: a) ensino médio na rede pública, b) atenção à saúde para pacientes com doenças crônicas, c) gestão de recursos hídricos, d) gestão fundiária e e) cadeias produtivas rurais					
Subcomponente 1.1: Melhoria na retenção no ensino médio na rede pública					
IRI 2: Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte* [DLI 1]	Número	8.900	8.900	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)	Ver quadro 4
IRI 3: Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio cadastrados no Poupança Jovem* [DLI 2]	Texto	Não	Sim	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem.	Ver quadro 4

IRI 4: ETIs de ensino médio certificadas [DLI 3]	Número	33	39	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação	Ver quadro 4
IRI 5: Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante) [DLI 4]	Número	20.000	20.000	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no E-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)	Ver quadro 4
IRI 6: Escolas de ensino médio técnico que mantiveram consultas sobre o conteúdo e modalidades de formação com representantes do setor privado	Número	0	5	Relatórios das consultas provenientes das reuniões mantidas com representantes do setor privado	Atualmente o Estado tem convênio com a Fundação Hospitalar de Teresina que garante estágio a todas as escolas que ofertam cursos na área de saúde. Há ainda nas cidades do interior outras formas de cooperação com os setores produtivos.
IRI 7: Alunos matriculados na EMT* [DLI 5]	Número	290	1.800	Número de matrículas na EMT para fins do ensino médio geral fornecido pelo Sistema de Gestão Educacional do Piauí (SIGEPI) três meses após o início do ano letivo	Ver quadro 4
IRI 8: Alunos matriculados no E-Tec	Número	1.184	1.800	Alunos matriculados na modalidade E-Tec do ensino médio técnico	Não há matrícula registrada, uma vez que o Programa do Governo Federal foi encerrado.

IRI 9: Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar [DLI 6]	Texto	Não	Primeiro exame de avaliação estadual da aprendizagem aplicado no ensino médio	A SEDUC aplicará o exame de avaliação estadual em pelo menos duas matérias e pelo menos um ano escolar do ensino médio sob a forma de censo.	Ver quadro 4
Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde					
IRI 10: CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento [DLI 7]	Número	0	1	Considera-se que um CEDC está em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos e a dotação de pessoal estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais	Ver quadro 4
IRI 11: Protocolos clínicos elaborados [DLI 8]	Número	0	4	No total, 17 protocolos foram propostos para serem implementados em unidades de regulação e estão listados no Manual Operacional do Projeto	Ver quadro 4

IRI 12: ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos [DLI 9]	Porcentagem	0	0	O número de ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.	Ver quadro 4
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de água subterrâneas					
IRI 13: Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH [DLI 10]	Número	0	2.000	Usuários que preencham o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH	Ver quadro 4
IRI 14: Campanhas de cadastramento concluídas	Número	0	0	O pessoal da SEMAR fará campanhas nos municípios para o cadastramento voluntário de usuários de águas subterrâneas	A Superintendência de Recursos Hídricos da SEMAR está formulando, junto a CPRM, um Termo de Cooperação Técnica para contar com a experiência do órgão no cadastramento de poços. Será feita uma ação conjunta SEMAR-CPRM para a realização dos cadastramentos.

IRI 15: Visitas de campo executadas pela SEMAR para verificar o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas [DLI 11]	Número	0	20	A outorga do direito de uso dos recursos hídricos é feita para um máximo de abstração de água por poço. O usuário é obrigado a instalar um hidrômetro para permitir a verificação pela SEMAR/ Superintendência de Recursos Hídricos (SRH) a qualquer tempo. A expectativa é que a SEMAR/SRH verifique o índice de abstração periodicamente e tome as medidas cabíveis caso ele seja superior ao volume máximo outorgado. Cada visita abrange a verificação de várias dezenas de usuários de águas subterrâneas.	Ver quadro 4
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis					
IRI 16: Equipes prontas para executar atividades de regularização da propriedade da terra [DLI 12]	Número	2	6	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado	Ver quadro 4
IRI 17: Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização da propriedade da terra [DLI 13]	Número	4.151	5.000	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei 6.127/2011	Ver quadro 4
IRI 18: Conforme o caso, as mulheres são registradas como beneficiárias ou co-beneficiárias em títulos de propriedade da terra	Texto	Não	Sim	As mulheres beneficiárias são únicas proprietárias ou coproprietárias, conforme definido no título.	Das 1.153 solicitações protocoladas 494 foram em nome de mulheres proprietárias ou coproprietárias.

IRI 19: Comunidades quilombolas que recebem títulos de propriedade da terra emitidos pelo INTERPI.	Número	5	5	Número de locais designados como quilombola para os quais o Georreferenciamento e os processos cartográficos e de titulação foram concluídos.	Foram concluídos relatórios sobre as comunidades quilombolas de Sabonete e Vila São João demonstrando que se encontram em áreas pertencentes ao patrimônio imobiliário do Estado. No entanto, a pedido da comunidade São João estão sendo feitas alterações ao documento.
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais					
IRI 20: PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos [DLI 14].	Número	0	0	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto	Ver quadro 4
IRI 21: PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE [DLI 15]	Porcentagem	0	0	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas	Ver quadro 4

IRI 22: PIPs implementados e monitorados usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	Número	0	0	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto	Os processos de contratação do Estudo de Linha de Base e da adaptação do SIGMA estão em curso com previsão para conclusão em dezembro/2016. Somente após estas contratações as atividades de implementação dos PIPs iniciarão.
Componente 2. Prestação de assistência técnica para reforçar a gestão pública do mutuário					
Subcomponente 2.1: Modernizar a gestão das despesas e do investimento no setor público					
IRI 23: Secretarias e órgãos estaduais que usam o SIMO	Porcentagem	23	25	Porcentagem de secretarias e órgãos (57 no total) que usam o SIMO para monitorar sua carteira de programas de investimento	Foram capacitados mais de 80 técnicos, de 30 órgãos para a descentralização e alimentação do SIMO e já tem cerca de 50% dos órgãos com ações cadastradas no sistema.
IRI 24: Secretarias estaduais com equipes de monitoramento e avaliação descentralizadas em operação	Número	0	1	Número de secretarias com um núcleo (pessoal dedicado a seguir procedimentos e empregar as ferramentas necessárias) para monitorar projetos	Atualmente 15 secretarias estaduais estão alimentando o SIMO de forma descentralizada..
IRI 25: Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições	Porcentagem	0	10	Porcentagem dos Conselhos de Desenvolvimento Territorial Sustentável (total de 11) que usam o SIMO para monitorar investimentos nas suas jurisdições. Os conselhos são formados por representantes dos poderes executivo e legislativo de cada município e por representantes do governo estadual e da sociedade civil	Um aplicativo do sistema encontra-se em desenvolvimento para possibilitar consultas rápidas pelos agentes territoriais. Está prevista a capacitação de pelo menos um conselho no uso do sistema.

IRI 26: Observatório das Despesas Públicas implementado na CGE-PI	Texto	Não	Não	Certificação da instalação do Observatório das Despesas Públicas fornecida pela Corregedoria Geral da União	Elaborando peças licitatórias para compra de equipamentos e contratação de consultorias.
IRI 27: Novo sistema de informação sobre compras e gestão de contratos desenvolvido e instalado na SEAD	Texto	n.a	n.a	Sistema de compras em operação com todas as funcionalidades	Elaborando peças licitatórias para contratação de consultorias.
Subcomponente 2.2: Fortalecer a capacidade do mutuário para a gestão dos recursos hídricos, gestão fundiária e desenvolvimento rural					
IRI 28: Sistema Integrado de Cadastramento de Bens Imóveis para cartórios	Texto	n.a	n.a	O sistema permitirá à CGJ monitorar as atividades cartoriais e oferecerá serviços online ao público, profissionais e órgãos públicos, como o INTERPI	Através do Provimento Nº 08, de 28 abril de 2016, a Corregedoria-Geral de Justiça do Estado do Piauí (CGJ) criou mecanismos institucionais para fortalecimento da informatização das serventias extrajudiciais do Estado do Piauí
IRI 29: Sistema de Informação e Gerenciamento, passando pelo desenvolvimento de software para gerenciar dados em tempo real sobre o desempenho e a administração do PROGERE II	Texto	n.a	n.a	Sistema (SIG) está em operação. Relatório publicado para medir o desempenho do PROGERE II	Foi acordado que o Projeto utilizará sistema do Projeto do Rio Grande do Norte (RN Sustentável) com adaptações para o PROGERE II. Foram realizadas reuniões técnicas com a empresa desenvolvedora do sistema para discutir as adequações necessárias.
IRI 30: CGEO estabelecido	Texto	Não	Não	CGEO está equipado, aparelhado e em operação	Elaborando Peças licitatórias para compra de equipamentos e contratação de consultorias
Subcomponente 2.3: Gerar evidências para apoiar a formulação de políticas e a prática nas áreas da educação, saúde, gênero e participação dos cidadãos					
IRI: 31: Estudos de observação em sala de aula (método Stallings)	Texto	n.a	n.a	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto	Elaborando Peças licitatórias para iniciar o processo de contratação da empresa de consultoria que fará o estudo

IRI 32: Avaliação do Impacto do Poupança Jovem	Texto	n.a	n.a	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto	Elaborando Peças licitatórias para iniciar o processo de contratação da empresa de consultoria que fará o estudo
IRI 33: PERS elaborado	Texto	n.a.	n.a	PERS publicado no Diário Oficial e validado pelo Comitê Intergestor Bipartite, Comitê Intergestor Regional e Conselho Estadual de Saúde da SESAPI.	Nenhuma ação ainda efetivada. Primeira versão do Plano para dezembro/2018
IRI 34: Pesquisa epidemiológica sobre a dinâmica das doenças negligenciadas, especialmente as geo helmintíases, a leishmaniose e a Doença de Chagas	Texto	n.a	Concepção da pesquisa executada	A pesquisa ajudará a definir os territórios prioritários e os tipos de intervenção necessários para cada doença. o plano de ação abrangerá a lista de intervenções prioritárias com estimativas dos custos e prazos	Revisando Termo de Referência (TR) para a contratação de empresa especializada para a realização de Inquérito Epidemiológico sobre Geo-Helmintíase e Leishmanioses.
IRI 35: Avaliação do impacto sobre a tuberculose e a hanseníase	Texto	n.a	Concepção da avaliação de impacto executada	Detalhes do estudo especificados no Manual Operacional do Projeto	Revisando Termo de Referência (TR) para a contratação de empresa especializada para realizar uma Avaliação de Impacto sobre a Cura de Tuberculose e Hanseníase.
IRI 36: PEPM elaborado	Texto	Não	Não	Elaboração e publicação do PEPM, alinhando as políticas estaduais e federais e estabelecendo diretrizes para a incorporação de políticas estaduais inteligentes com relação ao gênero	1. Ações efetivadas: 1) Fomento a Criação de Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres- OPM em 33 Municípios Piauienses; 2) Apoio a Criação de Conselhos Municipais de Defesa dos Direitos da Mulher e 3) Realização e Participação nas Conferências dos Direitos das Mulheres em âmbito Municipal, Intermunicipal, Estadual. 2. A CEPM está elaborando Termo de referência para contratação de empresa especializada para execução

					dos serviços de consultoria para elaboração de diagnóstico socioeconômico dos principais desafios enfrentados pelas mulheres para alcançar a igualdade de gênero no estado do Piauí e para a elaboração do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres
IRI 37: Reclamações registradas e processadas oportunamente pela OGE	Porcentagem	76	80	Reclamações registradas e processadas no prazo de 20 dias, respondidas ou encaminhadas ao órgão estadual apropriado para resposta	Algumas medidas estão sendo tomadas para o atingimento deste indicador: 1) Implantação de Call Center; 2) lançamento do Aplicativo "Gestão Transparente"; 3) Instalação de Ouvidorias Setoriais (SESAPI, SDR, SSP, IASPI, DETRAN e SEDUC)

QUADRO 4. SÍNTESE DOS INDICADORES VINCULADOS A DESEMBOLSO - DLI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
Subcomponente 1.1: Melhoria na retenção no ensino médio na rede pública					
1	Alunos cadastrados no Poupança Jovem que passaram para o ano seguinte	Número	n.a.	Número de alunos registrados no programa que concluíram com êxito o ano letivo (não cumulativo)	Segundo acompanhamento da SEDUC, tudo indica que a meta de 8.900 alunos estabelecida para o segundo semestre será alcançada.
2	Atividades de acompanhamento e monitoramento da frequência dos alunos do ensino médio matriculados no Poupança Jovem*	Texto	Sim	A SEDUC fará uma pesquisa qualitativa com um pequeno grupo de escolas do ensino médio (pelo menos cinco) para informar sobre os tipos de intervenção executados pelas escolas e departamentos regionais de educação destinadas a apoiar a retenção e o índice de aprovação dos alunos cadastrados no Poupança Jovem	O acompanhamento das presenças será realizado pelo Aplicativo Mobieduca-me que estará apto a gerar resultados em No entanto, várias atividades estão sendo desenvolvidas para elevar a frequência dos jovens nas escolas como: (i) a elaboração de um Plano de ação para o PJPI, (ii) reuniões com as GREs de orientações sobre atividades a serem seguidas, (iii) reuniões nas 57 escolas envolvendo estudantes, pais e diretores, além da (iv) apresentação do Projeto em cada região nos vários municípios

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
3	ETIs de ensino médio certificadas	Número	n.a.	Escolas que cumprem todos os requisitos para funcionar como escola em tempo integral de acordo com o Conselho Estadual de Educação	Das 06 (seis) escolas previstas para a expansão, 02 (duas) escolas do Programa Tempo Integral estão implantadas desde Fevereiro de 2016, nos municípios de Castelo do Piauí e União. As quatro escolas restantes encontram-se em fase de diálogo com os pais de alunos, alunos e servidores lotados na mesma, para a previsão de matrícula e lotação em 2017.
4	Alunos matriculados no ensino médio técnico (integrado e concomitante)	Número	20.000	Alunos matriculados em escolas de ensino médio técnico, excluídas as matrículas no E-Tec (programa federal de ensino médio técnico a distância) e EMT (ensino médio geral)	O relatório do Sistema de Gestão Educacional do Piauí (SISGEPI) de 07 de julho de 2016 demonstrou que existem atualmente 25.271 alunos matriculados, sendo 21.106 alunos de Ensino Médio Integrado e 4.165 no Ensino Médio Concomitante
5	Alunos matriculados na EMT	Número	1.800	O número abrange os alunos do ensino médio que estudam apenas por meio da EMT e os alunos que apenas terão aulas de EMT de matérias específicas. Número fornecido pelo SISGEPI três meses após o início do ano letivo	Atualmente o EMT atende 12.506 alunos distribuídos nas três séries do ensino médio regular, segundo dados do SISGEPI

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
6	Testes de avaliação do aprendizado aplicados no ensino médio na rede pública e resultados disseminados no nível escolar	Texto	n.a.	A SEDUC aplicará o exame da avaliação estadual em pelo menos duas matérias e pelo menos um ano escolar do ensino médio sob a forma de censo.	A Unidade de Ensino e Aprendizagem da SEDUC está estabelecendo a estratégia de realização da avaliação junto ao CAED, com previsão para aplicação dos testes em Outubro de 2016, contemplando 127.957 alunos do 6º e 9º ano do ensino fundamental e todas as séries do ensino médio de todas as escolas da rede estadual
Subcomponente 1.2: Ampliação do acesso de pacientes com doenças crônicas à assistência à saúde					
7	CEDCs em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento	Número	n.a.	Considera-se que os CEDCs estão em operação quando as obras de construção civil, a recuperação, a instalação de equipamentos estão concluídas, o centro pode oferecer consultas com especialistas e exames laboratoriais e de imagem, e pode arcar com os respectivos custos operacionais	A SESAPI prevê atrasos no cumprimento desta meta (1 CEDS em operação para receber pacientes para diagnóstico, tratamento e acompanhamento) devido a (i) novos acordos políticos e institucionais demandados no CEDS de Picos, (ii) dificuldades de manter médicos especialistas no município e a (iii) necessidade de fazer ajustes na Política de Regulação Estadual e Municipal para assegurar o acesso dos usuários

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
8	Protocolos clínicos elaborados	Número	2	<p>Protocolos propostos no início do projeto, conforme relacionados no Manual Operacional do Projeto, que tenham sido desenvolvidos e estejam em uso pelas unidades de regulação. Dezesete protocolos foram identificados pela SESAPI para implementação</p>	<p>Dois (02) protocolos foram elaborados e encontram-se em teste em um Centro de Especialidades no Território do Vale do Rio Guaribas (sede onde funcionará o primeiro CEDS no âmbito do Projeto). Foram enviados ao especialista do Banco Mundial e encontra-se sob análise.</p>
9	ESFs e especialistas em saúde treinados no uso dos protocolos clínicos	Porcentagem	n.a.	<p>ESFs por município está incluído no Manual Operacional do Projeto e precisará ser atualizado anualmente. As primeiras sessões de treinamento ocorrerão no segundo ano do projeto e tratarão dos primeiros quatro protocolos elaborados no primeiro ano. As sessões serão atualizadas anualmente de modo a incluir os novos protocolos elaborados.</p>	<p>A SESAPI está em processo de revisão dos protocolos existentes e elaborando Termo de Referência para elaboração de novos protocolos. Depois de superadas estas etapas realizará os treinamentos das equipes</p>
Subcomponente 1.3: Expansão do cadastramento dos usuários de água subterrâneas					

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
10	Usuários de águas subterrâneas autorregistrados no banco de dados eletrônico do CERH	Número	800	Lista de usuários de águas subterrâneas que preenchem o formulário de registro no banco de dados eletrônico do CERH	O CERH registra atualmente 1759 usuários em domínio estadual, dos quais 623 são outorgados e validados
11	Visitas de campo executadas pela SEMAR para verificar o cadastramento dos usuários de águas subterrâneas	Número	n.a.	Visitas de campo para cadastramento e verificação do uso dos recursos hídricos em conformidade com o direito de uso outorgado	As visitas de fiscalização estão ocorrendo, no entanto, em frequência menor do que era prevista. Espera-se que com o reforço da equipe estas visitas possam ser intensificadas.
Subcomponente 1.4: Fortalecimento dos direitos de propriedade de bens imóveis					
12	Equipes montadas para executar as atividades de regularização da propriedade da terra	Número	n.a.	Número de equipes de campo em operação e trabalhando na regularização da propriedade da terra e na demarcação fundiária no Estado	Atualmente existem 08 equipes formadas e foram contratados 06 agrimensores, 06 advogados, 02 tecnólogos em geoprocessamento, que já estão executando trabalhos de campo. A contratação de oito topógrafos encontra-se em fase de conclusão.

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
13	Solicitações de título de propriedade da terra feitas por pequenos produtores rurais por meio do programa estadual de regularização fundiária	Número	n.a.	Abrange as solicitações pendentes e concluídas registradas pelo INTERPI desde a promulgação da Lei Estadual 6.127/2011. Pequenos agricultores são os que possuem e cultivam menos de 100 ha	Foram protocolados 1.153 processos nos dois municípios já trabalhados: a) Colônia do Piauí e b) Canto do Buriti. No primeiro foram protocolados 470, destes 178 títulos definitivos foram entregues e 292 encaminhados para assinatura do governador. No segundo município foram protocolados 683 solicitações que estão tramitando.
Subcomponente 1.5: Reforço da participação de agricultores familiares da zona rural nas cadeias de valor produtivas rurais					
14	PIPs propostos pelas organizações de produtores lideradas por mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas e formadas, em sua maioria, por esses grupos	Número	n.a.	Os PIPs são planos de negócios para as atividades agrícolas implementados por cooperativas de produtores. A elaboração, aprovação e financiamento dos PIPs estão descritos no Manual Operacional do Projeto	Não há meta de elaboração de PIPs durante o ano de 2016. No entanto a SDR está trabalhando na preparação do sistema de Informação, Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação (SIGMA) que será utilizado pelo projeto e prevê a elaboração de dois PIPs pilotos até o final do ano.

Nº	DLIs	Unidade de Medida	Meta	Protocolo para verificação/Fonte de informação	Situação Atual
15	PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas monitoradas usando o novo Sistema de Informação e Gerenciamento do PROGERE	Porcentagem	n.a.	Razão entre os PIPs que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas com informações registradas e analisadas por meio do SIG e o número total de PIPs aprovados que beneficiam mulheres pobres da zona rural ou comunidades quilombolas	A equipe da SDR prevê um atraso no cumprimento desta meta devido À adaptação prevista do sistema que já é utilizado pelo RN Sustentável e a contratação da CEPRO para realização do Estudo de Linha de Base – ELB. Os dois processos estão em curso na fase de elaboração dos documentos para contratação do sistema e do Sistema SIGMA. Em relação ao sigma, e sua adaptação para o uso do Projeto que deverá estar pronta apenas em Dezembro

EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROJETO

SÍNTESE

O orçamento anual do projeto é baseado na execução orçamentária do Componente 1 e no plano de aquisições do Componente 2. A execução financeira do projeto do Componente 1 é feita por meio do Programa de despesas elegíveis (Anexo Programático 4 do acordo de empréstimo), que segue a execução orçamentária do Estado por meio de linhas específicas. Dessa forma as ações desse componente estão sendo continuamente desenvolvidas pelo Estado e acompanhadas por meio Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFEM).

DESEMBOLSOS

Considerando a assinatura do Acordo de Empréstimo e a declaração de sua efetividade, foi feito o primeiro pedido de reembolso, correspondente ao período 01/05/2015 a 26/04/2016, no âmbito do Componente 1 ao Banco Mundial no valor de US\$ 21.000.000. Para tanto, foi apresentado um montante de US\$ 148.222.870 pagos pelo Estado do Piauí com a execução do Projeto. Os reembolsos, como previsto, são feitos em favor do Tesouro Estadual e não para um órgão específico.

Para o Componente 2, foi feito um pedido de adiantamento de US\$ 1.500.000, depositado em uma Conta Designada, para executar as aquisições e contratações de consultorias previstas no Plano de Aquisições da Assistência Técnica. Os termos de referência e especificações técnicas estão em desenvolvimento, não havendo nenhum gasto no âmbito desse componente até a elaboração desse relatório. A tabela a seguir apresenta um panorama dos desembolsos.

Quadro 5. Resumo dos desembolsos do Projeto					
Desembolsos IPF Piauí					
Ano		Descrição	Valor Desembolsado		Valor Disponível US
			Previsto US	Realizado US	
		Assinatura Contrato			120.000.000
		Taxa "Front-end"	\$ 300.000	\$ 300.000,00	\$ 119.700.000,00
2016	1	Adiantamento - AT	\$ 1.500.000	\$ 1.500.000,00	\$ 118.200.000,00
	2	Reembolso -EEP	\$ 21.000.000	\$ 21.000.000,00	\$ 97.200.000,00
	3	Reembolso -EEP	\$ 5.000.000		

FONTE: UGP - Posição de 02/08/2016